

## **“Negros do Buriti”: Memórias de uma comunidade negra rural sul-mato-grossense.**

### **"Blacks do Buriti": Memoirs of a rural black community South Mato Grosso.**

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos\*

**Resumo:** Por meio das memórias subterrâneas dos idosos da comunidade dos “Negros do Buriti” apresento as trajetórias de vida das famílias de ex-escravos Nortório e Silva, e, como consequência, a história de origem e formação dessa comunidade negra rural (Campo Grande/MS), dessa forma são reveladas novas facetas do pós-abolição em Mato Grosso do Sul.

**Palavras-chave:** Memória. Pós-abolição. Campesinato.

**Abstract:** Through the underground memories of community elders of "Blacks do Buriti" introduce the paths of life of families of former slaves Nortório e Silva, and as a consequence, the history of origin and formation of this rural black community (Campo Grande/MS) thus are revealed new facets of post-abolition in Mato Grosso do Sul.

**Keywords:** Memory. Post-abolition. Peasantry.

Não dispomos de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudessem servir de modelo, a partir do qual se analisassem distorções e lacunas. Os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista. A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus

---

\* Realiza estágio Pós-Doutoral (bolsa Capes) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social PPGAS/Departamento de Antropologia DAN/Universidade de Brasília - UnB. Finalizou o Pós- Doutorado Júnior (bolsa CNPq) pelo Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos/InEAC, vinculado a Universidade Federal Fluminense (2011). No PPGAS/DAN/UnB concluiu o Doutorado (2010) e o Mestrado em Antropologia Social (2006). Ainda no DAN/UnB, realizou o Bacharelado em Ciências Sociais, habilitação em Antropologia (1995). Possui também graduação em Geografia (1990), graduação em Estudos Sociais (1989) e especialização em Geografia do Brasil (1990). Foi Professor Substituto no Departamento de Antropologia da UnB (2011-2012).

erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida. (BOSI, 2004, p. 37)

Há décadas Michael Pollak destacou que ao privilegiar a análise dos grupos minoritários “a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 4). Assevera ainda Pollak (1989, p. 4) que as memórias subterrâneas “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise”.

Nesse sentido, as memórias subterrâneas, ao expor o passado, demonstram as especificidades dos grupos de camponeses negros, seus caminhos de constituição e sua luta em realizar a reprodução social camponesa, ou seja, a possibilidade de possuir a terra, formar família e trabalhar autonomamente, ideal que denomino de Projeto Camponês. Terra, família e trabalho, “são categorias nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra” (WOORTMANN, 1990, p. 23). Todos esses elementos revelam novas facetas do pós-abolição, como destacado nos estudos de Plínio dos Santos (2014).

Norteadado por essas discussões sobre memória e campesinato, proponho neste artigo apresentar as trajetórias de vida das famílias de ex-escravos Nortório e Silva, e, como consequência, a história de origem e formação da comunidade negra rural Chácara do Buriti, localizada no município de Campo Grande/MS.

Como este artigo está fundamentado em pesquisas etnográficas, realizadas entre os anos de 2006 a 2013, grande ênfase se dará à compreensão ou à representação que os idosos entrevistados fazem sobre as suas próprias histórias ou sobre as suas categorias de tempo. Desse modo, optei por descrever suas memórias linearmente, dando ênfase, nesse processo, às suas dramaticidades socioculturais. Nesse sentido, meu interesse, como destacado por Bosi (2004) na epígrafe acima, está em apresentar o que os idosos lembraram, ou seja, o que eles escolheram para perpetuar suas histórias de vida.

## **A memória do início**

Situada no sertão da Farinha Podre<sup>1</sup>, a Uberaba do século XIX era a mais importante cidade da região. Sua economia baseava-se na agricultura e na criação de gado, atividades que usavam ativamente a mão de obra escrava (GOMES, [1922] 2004). Após a década de 1870, com o término da guerra do Paraguai, houve uma intensa migração de fazendeiros criadores de gado, da região de Uberaba, para o sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Com o passar dos anos esses criadores iniciaram um grande comércio de gado com os invernistas mineiros.

A lógica dos invernistas era comprar o gado magro, de boa qualidade, procedente do sul mato-grossense e posteriormente, engordá-lo e vendê-lo nos mercados consumidores a preços altos. Por causa da situação de interseção geográfica, Uberaba consolidou-se como um importante interposto de comércio de gado e sal, pois ficava na rota comercial das províncias de Goiás e Mato Grosso (LOURENÇO, 1998).

Após 1888, com informações de comerciantes e criadores de gado acerca da disponibilidade de terras devolutas no sul de Mato Grosso, levas de trabalhadores de Uberaba migraram para o sul mato-grossense com a intenção de tomarem posse de um pedaço de terra. Foi com esse objetivo que no ano de 1904 um grupo de ex-escravos formou uma comitiva<sup>2</sup> e saiu de Uberaba.

Essa comitiva era formada por Maria Antônia, nascida na África, acompanhada de seus filhos Jerônimo Antônio “Vida” da Silva<sup>3</sup>; Luis José da Silva; Maria Antônia de Jesus, que estava com seu esposo Custódio Antônio Nortório; José da Silva; Domingos Francisco Borges com sua esposa Maria Rita de Jesus; Dionísio Antônio Martins e sua esposa Luíza Joana Generosa de Jesus. Sobre Dionísio, Dona Conceição Rosa de Jesus (77 anos, neta de Dionísio) narra que, “aí acabou o cativo, aí o Vieira, dono dos escravos, mandou muita gente embora, todos os pretos né, veio tudo embora pra Mato Grosso, aí Dionísio veio, né, (...). Aí eles vieram pra cá buscando terra, né”. Com relação a Custódio Antônio Nortório, Seu Sebastião Domingos Rosa<sup>4</sup> assevera que,

---

<sup>1</sup> Antiga denominação do Triângulo Mineiro.

<sup>2</sup> Aqui o termo “comitiva” é colocado como uma categoria nativa, que expressa o deslocamento dos grupos de ex-escravos em direção ao Mato Grosso do Sul.

<sup>3</sup> O nome Vida significa um apelido dos homens da Família Silva.

<sup>4</sup> Neto de Custódio Antônio Nortório. Seu Sebastião faleceu no ano de 2013 com 81 anos.

O velho Custódio [Custódio Antônio Nortório] veio menino de Minas, ele é pai de minha mãe [Antônia Rosa de Jesus], (...). Ele veio, eles falavam muito, foi de Uberaba. (...). Ele veio, até ele veio moço, naquele tempo no carro de boi, plantava roça na estrada (...), até que chegaram aqui no Mato Grosso.

A essa comitiva de ex-escravos se juntou outros ex-escravos de Jataí/GO, como a ex-escrava Eva Maria de Jesus (tia Eva) e seus familiares. A viagem até Campo Grande, que era o destino final, durou vários meses. O transporte era realizado por carros de boi, as pessoas faziam pequenas roças, em determinados trechos, para a alimentação da comitiva. Como afirma Seu Otávio Gomes de Araújo (76 anos, bisneto de tia Eva), “A comitiva tinha de tudo, veio muita gente, (...). Eles quando estavam vindo paravam e faziam uma roça aí durava uns três ou quatro meses, depois que colhiam começavam a andar de novo”. Segundo Seu Waldemar Bento de Arruda<sup>5</sup>, “Aí tocaram a carreta, cada um deu uma coisa e eles vieram. (...), os crioulos vieram roçando pastos, amansando boi, fazendo cerca de arame, as crioulas vieram lavando roupa, e vieram naquela luta tremenda”.

A escravidão e a migração estão imbricadas na memória coletiva dos descendentes dos ex-escravos, é como se existisse uma linha temporal diacrônica, construída pela memória, que liga esses eventos até os dias atuais. Essa linha resgatada pela memória coletiva estabelece um vínculo dos atuais descendentes com a escravidão, com a migração e com o território. Nesse caso, o passado e o presente se misturam como se fossem uma memória-mundo, ou seja, uma memória que não está em nós, porém, como explica Deleuze (1985), somos nós que nos movemos nela. Ao pesquisar comunidades negras rurais na região de São Raimundo Nonato, sertão piauiense, Godoi (1999) destaca a memória-mundo como um elemento constante nas narrativas das pessoas entrevistadas.

Em 1905, os integrantes da comitiva logo que chegaram à recém-formada Vila Santo Antônio de Campo Grande procuraram uma região com terras ainda vagas. Pouco tempo depois, encontraram essas terras na região de Olho D’água, a cerca de seis quilômetros do centro da Vila. Nessa região, numa área de mata próxima ao córrego Segredo, tia Eva e outros ex-escravos tomaram posse de uma área de mata e ali erigiram o embrião da comunidade negra São Benedito (ou Tia Eva).

---

<sup>5</sup> Seu Waldemar Bento de Arruda nasceu em Campo Grande, no dia 04 de dezembro de 1919, filho do ex-escravo Generoso Bento de Arruda e de Maria Gregória Bento de Arruda. Seu Waldemar, já na velhice, contraiu uma doença que o deixou cego. Faleceu em 2012 com 93 anos de idade.

Com o passar dos anos, os ex-escravos começaram a casar entre si, como se observa na narrativa de Dona Eremita Antônia dos Santos (84 anos), filha de Lázaro “Vida” Antônio da Silva<sup>6</sup> e Maria Lázara dos Santos.

O vovô Jerônimo, o pai de tio João Vida irmão de meu pai [Lázaro “Vida” da Silva], diz que lá no tempo da escravidão tinha lá a Antônia, eu conheci ela, ela era velhinha (...). A tia Maria eu não conheci, agora o vovô Jerônimo eu conheci. (...) a irmã do finado vovô Jerônimo chamava Maria, (...) e a avó dela era Maria, também a gente chamava ela de Marinhinha. (...) ela veio da África, (...), eu me lembro bem dessa velha, vovó Antônia veio morrer ali no Buriti [Chácara Buriti], ela morava com João Vida. Agora o vovô Jerônimo morava ali na igreja de São Benedito, que é marido da vovó Sebastiana. Vovó Sebastiana era filha da tia Eva. (...) Tem muito parente nosso que eu não conheci, o irmão da finada tia Maria foi o Joaquim Custódio e Antônio Custódio. Agora os outros não estou lembrada, (...) agora tia Joana, eles moravam tudo ali na comunidade São Benedito.

Na década de 1920, por causa da falta de terras para sustentar a família, a ex-escrava Sebastiana Maria de Jesus (filha de tia Eva) e seu esposo, o também ex-escravo Jerônimo “Vida” da Silva, com seus filhos, mudaram-se da pequena área da comunidade de São Benedito para a Fazenda Buriti Escuro, de propriedade do Sr. Joaquim de Oliveira, localizada aproximadamente a 50 km ao norte do município de Campo Grande.

Na Fazenda Buriti Escuro já se encontravam alguns membros da família dos Nortório. Nessa fazenda, as famílias Nortório e Silva construíram suas moradias, cultivaram a terra e tiveram filhos. Em regime de arrendamento, essas famílias davam parte da colheita ao proprietário em troca da utilização da terra. De acordo com Seu Sebastião Francisco Rosa,

Naquele tempo tocava muita roça. O povo dava a terra para plantar, alguns davam assim pra entregar formada a terra, outros davam a renda, agora eu não lembro a quantia da renda, mas era uma porcentagem do arroz assim, tocava meia. Mais eu me lembro que os mais velhos falavam que não era bom esses sistema, quem saia ganhando era o patrão, o dono da terra. Na verdade eles não tinham liberdade de plantar o que eles queriam, e a família toda tinha que trabalhar para conseguir um pouquinho mais, né. (...) eles moravam onde o patrão mandasse. As coisas eram muito difíceis.

---

<sup>6</sup> Lázaro era filho dos ex-escravos Jerônimo “Vida” da Silva e Sebastiana Maria de Jesus (filha de Tia Eva).

A subordinação dos agregados ao patrão, segundo a fala de Seu Sebastião, tirava a liberdade de realizar as estratégias de reprodução social camponesa, ou seja, de traçar autonomamente as melhores condições de trabalho e da organização do grupo doméstico. Nesse caso, como afirma O'Dwyer (1988, p. 286), “para os trabalhadores, a imagem perfeita do camponês livre é representada pelos que têm a posse da terra”.

Esses camponeses habitavam geralmente as franjas das fazendas, locais distantes da sede. Além da terra, que lavravam para pagar ao proprietário da fazenda, possuíam pequenas roças de subsistência, praticamente produziam boa parte de tudo que consumiam, compravam apenas o estritamente necessário para a sobrevivência. Todo o trabalho, seja nas lavouras de monocultura ou em suas roças de subsistência, era realizado pelo grupo familiar.

As famílias de ex-escravos formaram na Fazenda Buriti Escuro uma comunidade negra de parentesco onde ocorreram casamentos internos, além das relações de compadrio. Nesse local, casaram João “Vida” Antônio da Silva, filho de Jerônimo “Vida” da Silva e Sebastiana Maria de Jesus, com Maria Theodolina de Jesus, filha de Custódio Antônio Nortório e Maria Antônia de Jesus. Entre outros casamentos, uniram-se também Antônia Rosa de Jesus (irmã de Maria Theodolina de Jesus) com Manoel Francisco Domingos. Dona Otília Antônia dos Santos (81 anos), que morou nessa época na Fazenda Buriti Escuro, afirma que,

A gente morava lá na fazenda Buriti Escuro, nós fomos nascidas e criadas lá né. Aí depois lá dessa Fazenda Buriti Escuro nós rodemos e fomos para a fazenda do Antônio Nazaré, fica pra cima desse córrego. (...). A finada Cândida, o finado Teodorico, José, o Oswaldo e o Joaquim foram nascidos lá no Buriti Escuro. A Cecília e a Arlinda foram nascidas aqui no Buriti [Chácara do Buriti]. Lá no Buriti Escuro o buriti era escuro mesmo, disse que era escuro, então agora lá mudaram o nome, puseram Ouro Preto e depois Santa Euzélia. Mas nós fomos nascidas e criadas lá. Meus pais mudaram para lá, eles eram de São Benedito [Comunidade São Benedito]. O finado meu pai morou muito tempo com o padrinho dele, o João “Vida” [João “Vida” era também irmão de Lázaro], e acabou por criar ele. Aí eles saíram para trabalhar fora né.

Após alguns anos de trabalho na Fazenda Buriti Escuro algumas famílias resolveram procurar outras terras para morar e trabalhar. Foi com essa intenção que João Antônio da Silva, mais conhecido por João “Vida”, saiu do Buriti Escuro. Em

uma de suas andanças pela região de Anhanduí (distrito de Campo Grande), encontrou com Marcelo dos Santos, seu compadre, que lhe propôs um negócio em uma determinada área de terra. Sobre a compra das terras Seu Jovenir Antônio da Silva (73 anos), filho de João “Vida”, observa que,

Meu pai trabalhava em fazendas, aí então ele foi trabalhando, trabalhando, aí que ele comprou este pedacinho. Quando ele comprou isto aqui eu não era nem nascido. Essas terras eram de um compadre dele. Ele saiu da fazenda [Buriti Escuro] e foi caçar serviço, aí encontrou com o cara que era dono daqui, Marcelo dos Santos ele era compadre dele meu pai. Aí meu pai disse: Eu saí da fazenda do Antoninho e vou caçar outra colocação por aí. Aí o compadre falou: Ô compadre você podia comprar o meu pedaço de terra lá. Aí o meu pai falou: Mas eu não tenho dinheiro não. Aí o outro disse: Me vende umas reses. O meu pai e minha mãe tinham umas reses, resinhas poucas nos tinha. Aí começaram a entrar em negociação e meu pai disse: Eu vou voltar então, vamos lá pra sua casa. Aí meu pai veio pra cá e depois foi consultar com minha mãe. Minha mãe disse: Se for para comprar terra vende. Aí falou com meus irmãos, quando foi no outro dia meu pai fechou negócio, aí comprou. Isso deve ter sido lá pra 1930 ou 1932. Isso foi antes de eu nascer, eu nasci em 1941. Tem mais duas irmãs e um irmão que são mais velhos que eu e que nasceram aqui, eles já morreram. Meu pai teve que trabalhar mais dois anos para pagar essas terras aqui, ele foi pagando de pouco a pouco, o gado não deu para pagar tudo não. Foram 12 reses dele e de minha mãe que deram de entrada. (...). A terra tinha 35 hectares. Quando meu pai veio para cá eram 35 hectares. A terra ia até do outro lado da pista.

A memória sobre a fundação da comunidade negra rural Chácara do Buriti está na narrativa de todos os idosos descendentes de João “Vida”, e essa memória ao ser compartilhada e registrada na “consciência coletiva”, ou na igualmente metafórica memória coletiva (HALBWACHS, 2004), forma uma “comunidade de memória” (BORJAS, 1995). Para Borjas (1995, p. 7), a comunidade de memória,

Opera nos grupos humanos cujos indivíduos se conectam entre si e geram uma rede referencial; espacial e temporal, onde compartilham, como um todo o repertório de experiências acumuladas, através de múltiplos meios. Seus membros adscrevem-se nesse todo através de um interjogo que lhes permite individualizar-se dinamicamente, abrindo a comunidade de memória a um processo de construção de intrageração e intergeração.

Em consonância com as memórias da fundação da Chácara do Buriti, Seu Sebastião Domingos Rosa afirma que,

Eu me lembro que eles [pais de Seu Sebastião] moravam tudo ali na fazenda do Joaquim de Oliveira. A fazenda tinha o nome Buriti Escuro, por que tinha muito buriti, aí quando veio pra cá falava que aqui era Buriti Claro. Aí a minha sogra enjoou de mudar né, então ela fez um pedido para Deus que ela queria sair de um lugar para o cemitério. Então Deus respondeu, ela viveu muitos anos aqui, daqui ela saiu para o cemitério. É que tinha terra nua aqui, foi comprada pelo pai dela [de Dona Arlinda] João Antônio da Silva. Essa terra aqui ele conseguiu da seguinte maneira, ele vendeu uma criação que os meninos tinham, quem tinha mais era esta Estelita. Ele vendeu umas cabeças de gado aí depois faltou [dinheiro]. Ele e os dois filhos mais velhos, o José Antônio e o tio Odorico, foram trabalhar pro finado Salustiano Jesuíno, aí acabou de pagar a terra. Não tinha documento, a venda foi feita na palavra, é na palavra do bigode. O povo de antigamente fazia negócio naquela confiança né, eles tinham a lembrança do fio do bigode.

Era costume, desses camponeses, firmar negócios de terra somente pela palavra dada, pelo “fio do bigode”. Existia uma honra estabelecida entre as pessoas de que a palavra era o suficiente para realizar qualquer compromisso. Esse princípio moral estabelece um vínculo social e todos os indivíduos o fazem por serem portadores de honra. Em outras palavras, a palavra afiançada “fio do bigode” é um contrato moral desses camponeses.

Com relação a uma moral social comum nos grupos camponeses, destaca Plínio dos Santos (2014), em seus estudos sobre a formação das comunidades negras rurais no Mato Grosso do Sul, a existência dessa moral nas comunidades negras rurais Deidério Felipe de Oliveira e Eva Maria de Jesus (Tia Eva). Nessa mesma perspectiva Bourdieu (2009) ao discutir as relações de compadrio, informa que na relação estabelecida entre famílias, os indivíduos estabelecidos desse vínculo religioso e social o fazem por serem portadores de honra equivalente que lhes possibilita instaurar, ante a comunidade dos homens e ante o mundo sagrado, um contrato moral.

A busca pela terra por João “Vida” foi a possibilidade de conseguir sua liberdade, de criar sua família e trabalhar sem patrão (projeto camponês). Ao procurar fugir da “Besta Fera”, representada pela dependência ao patrão, que



reinstala o “cativeiro”, que é a não possibilidade de realizar o projeto camponês<sup>7</sup>, João “Vida” encontrou a terra pedida por Dona Sebastiana Maria de Jesus e “dada” por dádiva de Deus. Sob a sombra do “fio do bigode” o acordo foi feito, saíram do “Buriti Escuro”, que significava o “cativeiro”, e foram para a liberdade do “Buriti Claro”.

No início da década de 1930, o negócio foi efetuado, João “Vida” e sua família compraram, com grandes dificuldades, uma pequena porção de terras, junto ao córrego Buriti, a 27 quilômetros de Campo Grande. O valor do negócio foi estipulado em 288\$000 (Duzentos e oitenta e oito mil réis). Para a realização do negócio deram de entrada doze cabeças de gado e o resto da dívida pagaram ao longo de dois anos. Logo depois, João “Vida” batizou as terras com o nome de Chácara do Buriti, em virtude do grande número dessa palmeira naquelas terras.

### **A formação da comunidade negra Chácara do Buriti**

Na Chácara do Buriti, João “Vida”, sua esposa Maria Theodolina de Jesus e seus sete filhos<sup>8</sup> trabalhavam com roças de subsistência e criação de animais. Às vezes, quando o orçamento familiar apertava, João “Vida” alugava sua mão de obra para amansar gado e/ou realizar outros serviços aos fazendeiros da região. “Ele [João “Vida”] pegava e amansava boi de carro de boi pra aqueles fazendeiros todos ali, ele fazia serviço de fazenda” (Otávio Gomes de Araújo).

Pouco tempo depois João “Vida” chamou Manoel Francisco Domingos e sua família, que moravam na Fazenda Buriti Escuro, para residirem na Chácara do Buriti. Seu Manoel era casado com Antônia Rosa de Jesus irmã de Maria Theodolina de Jesus, esposa de João “Vida”. De acordo com Seu Sebastião Domingos Rosa, filho de Manoel Francisco Domingos, que chegou ainda criança na Chácara do Buriti, “Aí depois meu pai também veio, moravam todos aqui, (...) na sociedade. O meu pai, o velho, não tinha terra. (...) quando veio pra cá mamãe já tinha falecido. Só veio o velho com os filhos”.

Contra todas as adversidades, essa “sociedade” - no dizer de Seu Sebastião, constituída por famílias de negros ex-escravos, filhos e netos, conseguiu adquirir um pequeno pedaço de terra (projeto camponês). Com o passar dos anos alguns parentes

---

<sup>7</sup> Otávio Velho, em sua obra *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária* (1972), utiliza os termos “Besta Fera” e “Cativeiro” para explicar as relações autoritárias que o Estado mantinha com camponeses posseiros no Pará.

<sup>8</sup> São eles: Eliza Theodolina de Jesus, Cândida Maria de Jesus, Estelita Theodolina de Jesus, Cecília Theodolina de Jesus, Nicolina Theodolina de Jesus, Teodorico Antônio da Silva, Oswaldo Antônio da Silva.

que moravam em São Benedito e outros que estavam na fazenda Buriti Escuro foram morar nas terras adquiridas por João “Vida”. Dona Jaila Antônia Domingos (60 anos, bisneta de João “Vida”), ao lembrar dos diversos casamentos entre primos que ocorriam na Chácara do Buriti, afirma que,

O casamento entre primo era muito normal. As pessoas quase não iam casar fora, era aqui dentro mesmo. As famílias Domingos e Silva vieram juntos, eles foram os primeiros, um casal. Porque a minha vovó era Theodolino e meu avô era Silva. Um dos filhos dele casou com um Rosa. Hoje em dia ainda é fácil acontecer casamentos entre primos, aqui mesmo na comunidade já surgiu uns boatos dos vizinhos que a turma fala que nós não aceita branco entrar aqui, mas isso não ocorre não. A questão é que o irmão dele que já gosta da filha dela, começa a gostar e se encaixa aos poucos até que dá doce.

Na década de 1940, ocorreu a formação de dois núcleos familiares na Chácara do Buriti, o núcleo da família Rosa e o núcleo da família Domingos. Os núcleos são espaços de parentesco em comum, que quando se interagem solidificam as relações de compadrio e estreitam os laços de solidariedade. No Buriti, com os vários casamentos entre esses dois núcleos, formou-se um território de parentela<sup>9</sup>. Por meio também da interação desses núcleos surgiu o sentido de uma grande família no Buriti. Esse sentido ultrapassa os limites do território da comunidade, pois os “de dentro”, por causa do parentesco em comum com a comunidade São Benedito (ou Tia Eva), consideram os descendentes de tia Eva como pertencentes a essa grande família.

Não querendo mais trabalhar para fazendeiros, João “Vida”, com a ajuda de Manoel Francisco e Antônio Custódio (seu cunhado), construiu uma pequena olaria (para fabricação de telhas e tijolos) na Chácara do Buriti. Segundo Seu Otávio Gomes de Araújo, “então a olaria era o emprego da família. Assim numa base de 60% a 70% da família trabalhava tudo dentro da olaria”.

No ano de 1945, faleceu na comunidade São Benedito o ex-escravo Jerônimo “Vida” da Silva. João “Vida”, após a morte de seu pai, retornou ao trabalho na olaria e na roça de subsistência. Na época, a produção de tijolos na olaria rendia um pequeno

---

<sup>9</sup> Este mesmo tipo de organização foi encontrado por Ellen Woortmann (1995) numa comunidade nordestina, denominada Sítio de Lagoa da Mata, em Sergipe. Os descendentes do fundador mítico procuravam fechar a entrada de pessoas estranhas à comunidade através do princípio de descendência e da endogamia. O sítio de Lagoa da Mata estabelece uma fronteira simbólica com relação a estranhos, e com relação aos sítios vizinhos.

lucro, o qual era dividido com todos que trabalhavam nela. Conforme Seu Jovenir Antônio da Silva, que trabalhou na olaria,

Todo mundo trabalhava na olaria, homem, mulher e criança. Os gurizinhos a partir de oito, dez anos já podia trabalhar. Porque tem a turma que faz o tijolo e a turma que faz queimando, (...) cada um fica em seu setor, pra poder o serviço produzir. Se tiver fazendo dez mil tijolos tem que fazer todos os dias dez mil tijolos. Tem que ter seis pessoas só pra fazer ali, e mais uns lá dentro do galpão e mais uns cinco para levar o barro.

As famílias, que não trabalhavam na olaria, tiravam o sustento das roças e o excedente da produção era comercializado em Campo Grande. A comercialização não era uma ação complementar. Ao contrário, era totalmente essencial à reprodução das unidades produtivas, pois lhe fornecia meios financeiros para a compra de bens considerados imprescindíveis. Parte da produção era destinada à manutenção dos instrumentos de produção, ou seja, para o fundo de manutenção, assim como para o fundo cerimonial. Destaca Wolf (1970) que nas sociedades camponesas parte do excedente da produção é destinado à manutenção dos instrumentos de produção, denominado por ele de fundo de manutenção. Já o fundo cerimonial, Wolf (ibid.) caracteriza como sendo um fundo de reserva para despesas com casamentos e outras importantes cerimônias sociais dos camponeses.

A retenção da terra trouxe certa autonomia para as famílias nucleares instaladas nesse território. Essas famílias constituíram o primeiro e o único núcleo negro da região de Anhanduí. O núcleo deu origem a um território familiar negro e criou as fronteiras étnicas que diferenciavam “esses” dos “outros” (BARTH, 1969), fundamentado nas relações de parentesco e nas histórias de vida comum. No Buriti, cada família nuclear possuía um pedaço de terra dividido em chão de morada e chão de trabalho. O chão de morada compreendia as habitações e o chão de trabalho abrangia um espaço onde se desenvolviam várias atividades, como a área de roça, a da pesca e a da caça, além evidentemente das áreas de coleta<sup>10</sup>.

No ano de 1953, ocorreu nessa comunidade negra o casamento entre Sebastião Domingos Rosa (na época com vinte anos) com a sua prima Arlinda Theodolina de

---

<sup>10</sup> A respeito do chão de morada e do chão de trabalho no campesinato ver a obra *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*, de Woortmann & Woortmann (1997).

Jesus (na época com dezesseis anos). Sobre o casamento Seu Sebastião Domingos Rosa recorda que,

Eu conheci a Arlinda aqui, ela nasceu aqui [Chácara Buriti]. Os nossos pais moravam tudo perto. Quando nós começamos a gostar um do outro, ela tinha só oito anos de idade e eu sou quatro anos mais velho, mas foi um namoro sincero. Toda vida eu fui uma pessoa sincera então aí quando nós casamos, ela tinha dezesseis anos, mas era com sinceridade não tinha esse negócio de pega pega não.

Nessa época, havia constantes visitas entre as famílias que moravam na comunidade São Benedito (ou Tia Eva) com as famílias da Chácara do Buriti. De acordo com Seu Otávio Gomes de Araújo (morador de São Benedito),

A gente ia lá em casamentos, festas. Isso lá no tempo da juventude, tinha uma faixa de 1955, 1960. Às vezes a gente ia de bicicleta daqui até lá, a gente fazia essa trajetória aí. Às vezes a gente pegava um ônibus, pegava um caminhão e levava essa gurizada para Chácara do Buriti. Chegou uma época de nós ir duas vezes, março e junho, fazer aquele ambiente sabe.

A interação dessas comunidades negras teve início no começo do século passado quando, praticamente, só existia a geração de ex-escravos. Posteriormente, com a ocorrência de casamentos entre essas comunidades e a migração para outras regiões do sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) foi criada, pelos descendentes dos ex-escravos, uma rede de relações sociais. Rede que, além de ajudar a estabelecer as fronteiras étnicas, deu coesão e solidariedade a essas comunidades.

Com o passar dos anos, as famílias de ex-escravos criaram internamente apelidos, os quais caracterizavam os grupos de parentes, como explica Seu Otávio Gomes de Araújo, “nós aqui éramos os Vida, lá na Furnas era os Dionísio, lá na Mata do Jacinto eram os Pelados, porque era uma família que não tinha cabelo. (...) lá na chácara do Buriti era Vida também”.

Os “Vida”, os “Dionísio” e os “Pelados” são termos que foram construídos e que marcaram a identidade étnica desses grupos quilombolas. Além disso, os termos estabeleceram fronteiras internas - que os diferenciam entre si como grupo de parentes, e fronteiras externas - que os diferenciam dos outros grupos de não parentes. Nesse sentido, os termos são, também, elementos definidores de um espaço, ou seja, de uma territorialidade negra.

Na década de 1950, Seu João “Vida”, baseado em sua visão de mundo, fundada nas tradições de seus pais ex-escravos, liderava a família em todas as questões internas e externas, como por exemplo: conflitos entre casais, formação das roças, administração da olaria e nas atividades lúdicas e religiosas.

Nessa década, o território da comunidade negra Chácara do Buriti foi cortado pela rodovia BR 163. De um lado da pista ficou uma área de mata com seis hectares e do outro lado as áreas de roça, moradia e a olaria com 29 hectares. A comunidade, apesar de não aprovar o traçado da estrada, pois não havia sido informada pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem sobre o corte que houve em suas terras, continuou com sua rotina diária. No ano de 1957, a comunidade foi surpreendida com o falecimento de Dona Maria Theodolina de Jesus, esposa de João “Vida”. Na época ela tinha doze filhos e alguns netos. Dona Maria foi enterrada no cemitério da localidade Cachoeirinha, distante sete quilômetros da comunidade que ajudou a fundar.

Um ano após o falecimento de Dona Maria, o proprietário da Fazenda Cachoeira, João Alves de Almeida, contígua aos seis hectares que ficaram do outro lado da BR 163, fez uma proposta a João “Vida”. A proposta consistia na realização de uma permuta de terras, ou seja, João Alves de Almeida transmitiria os seus onze hectares, que ficaram do lado da Chácara do Buriti, à João “Vida” Antônio da Silva. Por sua vez, João “Vida” transmitiria os seis hectares de mata, do outro lado da BR 163, para João Alves de Almeida. Como a área de João Alves de Almeida era maior, João “Vida” passaria ainda uma quantia de quinhentos “contos”. A negociação foi explicada por João “Vida” à toda a comunidade e, posteriormente, foi aceita. O negócio foi realizado, como afirma Seu Sebastião Domingos Rosa, com “palavra de bigode, palavra de homem”. Com essa negociação o território dessa comunidade passou de 35 para 40 hectares.

Em 1960, três anos após o falecimento de D. Maria, faleceu, na Chácara do Buriti, João “Vida” Antônio da Silva. O corpo foi velado e enterrado na própria comunidade. Com o falecimento de João “Vida”, seu genro, Sebastião Domingos Rosa, assumiu a liderança do grupo. Porém, os herdeiros, preocupados com o processo de herança, procuraram realizar o inventário das terras. Todavia eles não tinham condições financeiras para contratar um advogado, por isso foram obrigados a vender quatorze hectares do território. Segundo Seu Otacílio Bento de Arruda,

A terra lá só foi vendida pra nós arrumar dinheiro para pagar o advogado para legalizar a terra. (...). Aí eu não queria vender não, porque o dinheiro acaba e nós fica sem terra. Mas aí falaram: Onde que a gente vai arrumar dinheiro para regularizar as terras? Vai ter que cada um vender um pedaço. Aí eu vendi um pedaço pra regularizá-la.

No caso dessa comunidade, o acesso à terra era garantido pela herança. A divisão da terra em lotes igualitários permitiria que os herdeiros sobrevivessem ainda no mesmo pedaço de terra sem, entretanto, parcelá-lo ou vendê-lo. Essa herança igualitária estava imbricada nas relações de parentesco<sup>11</sup>.

A venda de parte das terras foi realizada com Claudio<sup>12</sup>, um vizinho criador de gado que almejava a parte localizada de frente para a BR 163. Todo o negócio totalizou quatro hectares. A terra vendida estava localizada no espaço alvo da área permutada com João Alves de Almeida em 1958. Porém, na época não foi escriturada, pois o negócio era realizado, segundo Seu Sebastião Domingos Rosa, na base da confiança, no respeito à palavra dada, ou seja, no “fio do bigode”. Logo após a compra, realizada também sem escritura, o vizinho formou um pasto na terra vendida e, posteriormente, introduziu o gado.

No começo da década de 1980, a comunidade negra Chácara do Buriti estava sobrevivendo com somente vinte hectares de terra. Apesar de parte da população trabalhar com olaria, não havia terra suficiente para os trabalhos na lavoura. Foi nessa época que aumentou a saída de pais de família em busca de emprego nas fazendas vizinhas. Os serviços eram de meeiros, de carvoeiros, de produtores de farinha de mandioca e de prestadores de serviços gerais de fazenda.

No final da década de 1980, Seu Sebastião Domingos Rosa foi procurado por Pedro e Lúcia<sup>13</sup>, filhos do Seu Claudio que havia comprado os quatorze hectares. Os filhos alegavam que no negócio firmado entre o pai deles, já falecido, e João “Vida”, em 1958, estaria faltando uma parte da área comprada e essa parte estava na área da comunidade negra. Seu Sebastião, testemunha dos fatos, afirma que,

---

<sup>11</sup> Com relação ao processo de herança no campesinato ver as obras de Margarida Maria Moura: *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural* (1978) e *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais* (1988).

<sup>12</sup> Nome fictício.

<sup>13</sup> Nomes fictícios.

Nós não tinha o documento, só foi a base do bigode, da confiança. Aí depois o Pedro queria mais terra daqui de dentro. Depois de vinte anos o Pedro veio forte e queria as terras falando que um pedaço das terras era do pai dele. Que o João “Vida” tinha vendido uma parte para o pai dele e eu falei que não foi. Ele queria nos enganar. Aí ele arrumou um advogado. Aí teve uma vez que nós discutimos, eu falei pra ele que nós vivemos juntos aqui desde criança e que ele devia ter consideração e ele falou que questão de terra não tem consideração não. (...). Eu sei que a questão foi na justiça e ele perdeu.

Antigamente, na região, era costume fechar negócios de terra somente pela palavra dada, pelo “fio do bigode”. Existia uma honra estabelecida entre as pessoas de que a palavra era suficiente para realizar qualquer compromisso. Esse princípio moral, que ainda existe na comunidade Chácara do Buriti, estabelece um vínculo social, e todos os indivíduos o fazem por serem portadores de honra. A palavra afiançada - “fio do bigode” - é um contrato moral. Porém, o Pedro e a Lúcia, filhos do finado Seu Claudio, desconheciam e/ou não legitimavam essa prática do campesinato. Nesse sentido, Woortmann (1990) afirma que a base do campesinato é sua ordem moral, apreendido por meio de sua ética.

Para resolver esse conflito a comunidade contratou um advogado. Porém, não tinham dinheiro para pagar os honorários. A solução encontrada foi transmitir seis hectares de terra da Chácara do Buriti para o advogado. Pouco tempo depois, a causa foi julgada na justiça e a decisão foi favorável à comunidade.

Em duas ocasiões, a comunidade, para resolver uma dada situação, foi obrigada a abrir mão de partes de suas terras. Num primeiro momento venderam quatorze hectares, para realizar o inventário, e no segundo momento, tiveram que transmitir seis hectares como honorários do advogado que trabalhou na ação contra os filhos do finado Seu Claudio. Dessa forma, restaram para a comunidade, após todos esses percalços, quatorze hectares.

Na década de 1990, as famílias da Chácara do Buriti sobreviviam em uma área diminuta e tinham no trabalho da olaria a principal fonte de recursos. Entretanto, após décadas de trabalho na olaria, a comunidade se deparou com as obrigações tributárias estabelecidas pelo Estado às micro e pequenas empresas, ou seja, o ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação). Esse imposto virou uma realidade dramática para a comunidade, pois não possuía condições

financeiras para arcar com essa nova despesa. Frente a uma alta carga tributária, a única opção foi fechar a olaria. Segundo Seu Jair Vicente da Silva (59 anos),

Aí a gente não teve condições de estar acompanhando os impostos que tinha que pagar, então aí começou a apertar. Porque na época não havia conversa sobre ICMS, essas coisas, quando meu avô montou a olaria. Então não tinha nota não tinha nada. Aí depois que começou a organizar as coisas né e a gente teve que pagar os impostos, com certeza com razão por que qualquer brasileiro tem que pagar né. Aí o velho Sebastião abriu firma, começou a destacar nota e pagar tudo certinho, mas sempre a corda arrebenta no lado mais franco né e nunca a gente teve condição de ampliar o serviço para ter um rendimento melhor das coisas. Aí foi chegando o ponto que os meninos dele foram desanimando. Aí foi mexendo no dinheiro do ICMS pagava um mês e o outro não pagava e foi derrubando as coisas, chegou ao ponto que teve que parar a olaria. E até hoje tem uma dívida na receita federal que estamos terminando de pagar, mas foi difícil.

Fora do mundo empresarial que assegurava o lucro, as famílias da Chácara do Buriti tinham na olaria a principal possibilidade de emprego, pois as áreas de roças diminuíram com os quatorze hectares que restaram. Além disso, a olaria agregava a força familiar e fixava as pessoas na comunidade. Nesse sentido, a lógica dessas pessoas era de que o trabalho na olaria parecia com o trabalho na terra, a terra dava trabalho e alimento em detrimento do lucro. Desse modo, priorizavam a aquisição de comida e a produção era a necessidade e não o lucro. A olaria não representava apenas um comércio, mas também o espaço físico no qual as famílias negras construía seu universo social. Desse modo, ocorria na comunidade negra Chácara do Buriti uma economia moral. Nessa perspectiva, Cardel (1992, p. 21) afirma que, “o trabalho não tem uma finalidade econômica, mas um valor ético. O que é priorizado é a dinâmica social na qual ele está inserido”.

### **O contexto atual da comunidade**

Conhecidos na região como os “Negros do Buriti” essa comunidade negra rural sobrevive em condições bem precárias, lutando pela sobrevivência e manutenção das terras herdadas do filho de escravo João “Vida” Antônio da Silva. Atualmente, com uma população de 53 pessoas, 29 homens e 24 mulheres, a comunidade é formada por 21 habitações divididas em dois núcleos populacionais.



O núcleo número um é constituído de descendentes dos ex-escravos Jerônimo “Vida” e Sebastiana Maria de Jesus e o núcleo número dois pelos descendentes dos ex-escravos Custódio Antônio Nortório e Maria Antônia de Jesus. A regra de residência na comunidade é a “matrilocalidade temporária” (o homem após o casamento sai da casa paterna e vai residir na casa da família da mulher, até possuir condições financeiras para construir a sua própria casa). Ultimamente também ocorrem casos de patrilocalidade, em que a mulher vai residir nas terras dos pais do seu marido.

As famílias estão unidas por laços de parentesco, são famílias extensas, divididas em famílias nucleares, compostas por pai-mãe-filhos que residem num mesmo espaço em unidades residenciais perfazendo sítios comuns familiares. As famílias nucleares se agrupam montando uma rede familiar, que tem entre si uma descendência assegurada por uma família mais velha. Essa família mais velha, guardiã da memória, representa o elo vivo entre gerações e é responsável pela transmissão da memória familiar.

Além das 53 pessoas que moram na comunidade, existem 207 que residem em outras localidades, como nos bairros Morena e São Francisco da cidade de Campo Grande e nos municípios de Aquidauana e Sidrolândia. Existem também familiares que vivem nas comunidades quilombolas Furnas do Dionísio, localizada no município de Jaraguari, e Furnas da Boa Sorte, localizada no município de Corguinho. Todos municípios pertencentes ao estado de Mato Grosso do Sul.

Por causa do término dos trabalhos na olaria aumentou a migração de pessoas do Buriti para a cidade de Campo Grande. Migrar tem sido a única opção de trabalho e moradia para várias pessoas de dentro da comunidade, como afirma Seu Jair Vicente da Silva,

A nossa área de terra aqui é pequena, então a família vai crescendo e os filhos vão casando. Então nós temos na documentação quatorze hectares que reza. E nesses quatorze hectares antigamente a gente sobrevivia aqui dentro porque tinha a olaria né. Então dava emprego para todo mundo, não precisava de ninguém sair. A gente plantava alguma rocinha, mas o forte do trabalho era a olaria. (...). Mas se tivesse a olaria, dava trabalho para todo mundo. (...). Aqui tinha muita gente, mas não tinha emprego para todos. Muitos foram arriscar a vida na cidade, e de lá, como diz, ficar por lá mesmo. Aqui uma voz que clama é temos que sair porque não temos aqui o que fazer. Depois que acabou a olaria eu tive que trabalhar em fazenda. (...). Então como a gente não tem condições financeiras melhor a

gente tem que tá saindo pra poder ganhar o pão fora né. (...). Aí com a ajuda da prefeitura no maquinário esse ano nós plantamos o milho e o feijão e aí já melhorou, por que já não precisa comprar, tiramos da terra, né.

Nesse período, o tamanho diminuto das terras da Chácara do Buriti não permitia que as famílias pudessem se reproduzir física e socialmente, fato que levou algumas famílias de novos casais a migrarem para a periferia de Campo Grande.

Essa comunidade negra de parentes tem no território o laço que cria sua identidade diferenciada. A luta dessa comunidade em recuperar seu território original contribuiu para colocar em evidência categorias distintivas em que num pólo se situa o “nós”, sinônimo dos que são “de dentro” (as famílias de ex-escravo) e no outro o “eles” (os brancos que queriam mais terras). Para Barth (1969) a categoria “de dentro” é também uma “identidade básica”. Ela é mediada pelo reconhecimento do pertencimento a um grupo étnico e a consequente adoção de valores e normas de moralidade comuns.

Nessa comunidade negra as fronteiras espaciais de seu território foram totalmente definidas pelo patriarca João “Vida” Antônio da Silva. Esse território, mesmo após as vendas de terras realizadas para sua regularização, é um espaço étnico diferenciado que aglutina os descendentes dos ex-escravos Eva Maria de Jesus (tia Eva), Sebastiana Maria de Jesus, Joana Maria de Jesus, Lazara Maria de Jesus, Jerônimo “Vida” da Silva, Joaquim Ferreira Pinto, Luis da Silva, Maria Gregório, Generoso Bento de Arruda, Antônia (nascida na África, mãe de Jerônimo “Vida” da Silva), Custódio Antônio Nortório, Maria Antônia de Jesus, Maria Rita de Jesus e Domingos Francisco Borges.

A terra adquirida por João “Vida” Antônio da Silva e sua família possui um valor social, associado ao princípio da descendência. A continuidade com um passado, no qual existe o ancestral ex-escravo, expressa um valor que está presente no território, pois este é um patrimônio comum. Entretanto, a memória do passado dos “Negros do Buriti” ligada à escravidão, assim como a memória do surgimento da comunidade, foi durante décadas mantido em “silêncio”. Porém, quando sentiram que a reprodução física e social das famílias e o estabelecimento do “projeto camponês” estavam ameaçados, acionaram a identidade quilombola. Nesse momento, a memória subterrânea aflorou (POLLAK, 1989), passando do “não dito” para a contestação e a reivindicação territorial.

Atualmente, os “Negros do Buriti” se reconhecem mutuamente como integrantes de uma comunidade quilombola, cujo reconhecimento oficial, pelo Estado Brasileiro, foi outorgado no dia 05 de julho de 2005, pela Fundação Cultural Palmares<sup>14</sup>. No ano de 2012, após o término dos trâmites administrativos de regularização fundiária, a comunidade quilombola Chácara do Buriti foi titulada, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, com o título definitivo de 44 hectares.

Nesse território, a ancestralidade comum torna todas as pessoas iguais em suas raízes. Toda memória da comunidade origina-se nas famílias de ex-escravos originárias dos estados de Minas Gerais e Goiás que migraram para Campo Grande/MS no começo do século XX. Isso constrói uma referência de pertencimento ao grupo, formando uma identidade étnica. O passado dos “Negros do Buriti” ligado à escravidão é também, hoje, uma marca geradora de distintividade que une as atuais gerações.

#### Bibliografia

BARTH, Fredrik. **Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference**. Bergen/Oslo, Universitetsforlaget; London, George Allen & Unwin, 1969.

BORJAS, Manuel de Jesus C. **Comunidad de Memoria: memoria metafórica de una localidad en el sertão brasileiro**. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF, 1995.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 12<sup>a</sup> edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. (Coleção sociologia). Petrópolis, Vozes, 2009.

CARDEL, Lídia Maria P. Soares. **Os olhos que olham a água: Parentes e herdeiros no “mundus” camponês**. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF, 1992.

DELEUZE, Gilles. **L’Image-Temps. Cinema 2**. Paris, Ed. Minuit, 1985.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

---

<sup>14</sup> Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 003, registro nº 257, da Fundação Cultural Palmares.

GOMES, Arlindo de Andrade. **O município de Campo Grande em 1922**. IHGMS, Campo Grande, [1922] 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice Editora, 2004.

LOURENÇO, Luís Augusto B. **A oeste das minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750 – 1861)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia, MG, 1998.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo, Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. (Coleção Corpo e Alma do Brasil), Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato**. Tese (Doutorado), Museu Nacional – MN/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 1988.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. **Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, FGV, vol. 02, n. 03, 1989, p. 3-15.

VELHO, Otávio. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. Brasília, Editora UnB/Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Klaas. Com Parente Não se Neguceia. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1990, p. 11-73.

***Recebido em Junho de 2015  
Aprovado em Julho de 2015***